

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.550.379 - SP (2019/0216826-7)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
AGRAVANTE : JOSE MANUEL IGLESIAS OUTUMURO
ADVOGADO : MARCELO MOREL GIRALDES - SP184152
AGRAVADO : EVANDRO DELLA BELLA
ADVOGADO : CLÁUDIA MERLO ESPINHA - SP191348

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto contra decisão que inadmitiu recurso especial, fundamentado no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

Da análise dos autos, constata-se que a decisão agravada inadmitiu o recurso especial com base nestes fundamentos:

- i)* ausência de violação do art. 489 do CPC/15;
- ii)* não foi demonstrada a violação dos dispositivos arrolados; e
- iii)* incidência do óbice constante na Súmula 7/STJ.

Entretanto, a parte agravante não demonstrou, de maneira consistente, a inaplicabilidade dos seguintes óbices: ausência de violação do art. 489 do CPC/15 e não foi demonstrada a violação dos dispositivos arrolados.

O agravo que não impugna, especificamente, todos os fundamentos da decisão recorrida não deve ser conhecido, conforme disposto na Súmula 182/STJ.

Forte nessas razões, **NÃO CONHEÇO** do agravo em recurso especial, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15.

Nos termos do art. 85, §11, do CPC/15, considerando o trabalho adicional imposto ao advogado da parte agravada em virtude da interposição deste recurso, majoro os honorários fixados anteriormente em 15% sobre o valor atualizado da condenação para 17%, observada eventual concessão da gratuidade de justiça.

Superior Tribunal de Justiça

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar na condenação ao pagamento das penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 30 de setembro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora

